

32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 21: ESTUDOS LEGISLATIVOS

Os incentivos eleitorais ao comportamento dos partidos na Câmara dos  
Deputados e Senado Federal

Geralda Luiza de Miranda

Neste trabalho, busca-se avaliar a influência dos incentivos derivados da arena eleitoral sobre o comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados - CD, no período de 1991-2007, e no Senado Federal – SF - entre 1999-2007<sup>1</sup>.

Pela análise da votação obtida e das coligações realizadas pelos partidos, nas eleições federais do período de 1989 a 2006, constata-se um grau substantivo de eficiência, nas disputas presidenciais, e a influência destas sobre as eleições congressuais. A partir dessa constatação, enunciam-se hipóteses destinadas a verificar se o posicionamento dos partidos na disputa presidencial influencia as estratégias das lideranças partidárias nas arenas eleitoral e parlamentar, bem como a disposição das bancadas partidárias frente ao Executivo e às lideranças parlamentares.

No primeiro tópico, discutem-se os incentivos que se forjam nas arenas eleitoral e parlamentar brasileiras. No segundo, avaliam-se as coligações e as votações obtidas pelos partidos nas eleições presidenciais e congressuais pós-1989. No terceiro tópico, testam-se as hipóteses destinadas a verificar se a dinâmica eleitoral estimula, nos partidos, disposições comportamentais diferenciadas na arena parlamentar.

I – Os incentivos comportamentais forjados nas arenas eleitoral e decisória brasileiras.

Nas análises neo-institucionalistas sobre o comportamento dos partidos, na arena parlamentar, fazem-se duas distinções importantes: uma em torno da representação e outra em torno das eleições. Ambas se fundam no pressuposto de que é nas eleições que se forjam as conexões entre os representantes e os eleitores e de que é a partir dessas conexões que emergem os incentivos comportamentais fornecidos pelos últimos aos primeiros. Nesse sentido, como diz Powell (2000), as eleições são a forma por meio da qual os eleitores “formatam” o processo político.

A representação pode ser paroquialista ou nacional/geral. Esta se relaciona aos interesses de uma *constituency* nacional; a primeira, a paroquialista, aos interesses de grupos distrital ou regionalmente localizados e, conforme Shugart e Carey (1992), aos interesses

---

<sup>1</sup> Agradeço à Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (CEBRAP) o acesso aos Bancos de Dados Legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; a André Marengo, o acesso aos dados sobre o tempo de filiação dos deputados e a Rogério Schmitt, o acesso à lista das coligações realizadas para a Câmara dos Deputados em 1990. Agradeço a Felipe Nunes, Filipe Recch, Magna Inácio e Roberto Goulart o apoio no tratamento dos dados.

ideológicos ou políticos de setores sociais específicos, como, por exemplo, os de classes sociais, grupos étnicos ou religiosos, ou outras divisões políticas ou sociais, estejam ou não geograficamente localizados. Eleições eficientes seriam aquelas em que os partidos apresentam aos eleitores propostas de políticas nacionais alternativas, possibilitando-lhes uma escolha categórica de governo e, portanto, permitindo-lhes uma identificação clara e um controle efetivo de seu desempenho; eleições representativas seriam as que possibilitam a expressão da diversidade de interesses paroquiais na assembléia. Um sistema eleitoral que maximiza a representatividade ofereceria a cada eleitor um partido situado próximo a seu ponto ideal de políticas, mas não identificabilidade de duas opções competitivas de governo, e, portanto, não lhe capacitaria para o controle de seu desempenho (COX, 1987; POWELL, 2000; SHUGART; CAREY, 1992).

Historicamente, sistemas com eleições eficientes desenvolveram-se, de acordo com Cox (1987), na Inglaterra. Partidos e candidatos teriam adquirido incentivos para conduzir as campanhas em torno de políticas nacionais, em virtude da dependência prática do governo do voto de confiança da maioria da assembléia.

Powell (2000), pesquisando um número maior de sistemas, inclusive presidencialistas, constata variabilidade quanto ao tipo de eleições e aponta um *trade-off* entre eficiência, ou como ele prefere, “decisividade” eleitoral, e representatividade: sistemas eficientes, mais especificamente, os sistemas majoritários, seriam menos representativos da diversidade; os que possibilitam maior representatividade, ou seja, os proporcionais, dificilmente produziriam eleições eficientes e, conseqüentemente, capacitariam, em menor medida, os eleitores para a *accountability*. No entanto, de acordo com o autor, mesmo possibilitando certo grau de representatividade, os sistemas parlamentaristas, em virtude da fusão dos poderes, seriam mais propensos a produzir eficiência.

Distinções e conclusões semelhantes são elaboradas por Shugart e Carey (1992) a propósito dos sistemas presidencialistas. Nesses sistemas, entretanto, em virtude das eleições separadas, haveria mais opções, podendo-se atender, simultaneamente, aos dois desideratos: eficiência, nas eleições executivas, e representatividade nas legislativas.

Na eleição para a assembléia, quando ela não tem a função de constituir o Executivo, os candidatos não precisariam articular os interesses de suas *constituencies* às propostas propugnadas na campanha presidencial e, muito menos, arcar com a responsabilidade pelas políticas do governo. Por isso, mesmo se as eleições presidenciais forem eficientes

e a assembléia assumir um papel importante no *policymaking*, asseguram os autores, não há garantia de harmonia entre as propostas defendidas na eleição legislativa com as propostas debatidas e escolhidas na eleição presidencial. Estaria, nesse caso, aberta a possibilidade de emergência de um quadro de obstrução legislativa e paralisia decisória. Por outro lado, afirmam os autores, dependendo do tipo e do número efetivo de partidos (Ne), bem como de seu comportamento eleitoral, tanto a eficiência pode emergir na eleição legislativa, embora sempre em menor magnitude que no parlamentarismo, quanto pode ser difícil distinguir alternativas de políticas na campanha presidencial.

O Ne seria influenciado pelo tipo de sistema eleitoral e pelo ciclo das eleições presidenciais e legislativas. A tese pode ser assim sintetizada: eleições concomitantes e pela regra da pluralidade reduzem o número de partidos, possibilitando eficiência em ambas eleições; eleições concorrentes, sendo a eleição presidencial pela regra da pluralidade e eleição congressual pela regra da proporcionalidade, em distritos de pequena magnitude, produziriam praticamente o mesmo efeito que eleições em distritos de grande magnitude: influência das eleições presidenciais sobre as congressuais, embora mantendo a possibilidade de certa representatividade partidária. Um maior número de partidos, na eleição para assembléia, resultaria do incentivo às lideranças para aumentarem seu poder de barganha na posterior distribuição de cargos, pois a maior visibilidade da disputa presidencial favoreceria o desempenho eleitoral dos partidos.

Esses incentivos, multiplicação dos partidos e desvinculação das campanhas executivas e congressuais, seriam ampliados quando as eleições são não concomitantes ou quando a eleição presidencial é em dois turnos. A perspectiva de um segundo turno desestimularia os partidos a estabelecerem acordos na primeira rodada, com vistas a aumentar seu poder de barganha frente aos principais competidores nas negociações de composição do governo. Empiricamente, de acordo com Shugart e Carey (1992), essas combinações desencorajariam a consolidação do sistema em torno de políticas nacionais e incentivariam a fragmentação partidária, ou seja, coibiriam a eficiência.

Os sistemas eficientes, de acordo com os autores, além de um pequeno número de partidos, caracterizar-se-iam pela presença de partidos fortes, nos quais as lideranças nacionais controlariam recursos importantes para os candidatos que disputam as eleições congressuais. O principal recurso seria o arbitramento da disputa intrapartidária, o que depende de institutos do sistema eleitoral e do tipo de organização do Estado. Apesar da

importância das instituições para a emergência de partidos fortes, os autores indicam que esses podem surgir também a partir de características organizacionais específicas. O ponto importante a ser aqui ressaltado é que esse fato, emergência de partidos fortes a partir de sua estrutura organizacional, e a possibilidade de os partidos coalescerem em torno de um programa comum de governo, além de um reduzido número efetivo de partidos, podem estimular a eficiência mesmo nos sistemas multipartidários.

É importante salientar que, nos sistemas eficientes, a disciplina parlamentar é estimulada pelo maior valor eleitoral do *label* partidário. Nesse sentido, o argumento é fundamentalmente diferente do desenvolvido por Samuels e Eaton (2002) e Samuels (2003). De acordo com esses autores, nos sistemas presidencialistas, a disciplina e a responsabilização dos partidos pelo governo pode ser estimulada pelo *presidential coattail effects*. Nesse caso, haveria convergência entre as propostas apresentadas pelo candidato/partido ao governo e as propostas apresentadas na disputa legislativa; nas eleições eficientes, também se prevê essa convergência, mas a possibilidade de os partidos perdedores alinharem-se ao governo é significativamente menor, posto que eles têm em vista um horizonte político mais amplo. Nos sistemas multipartidários eficientes, portanto, podem-se esperar estratégias similares àquelas apontadas por Kiewiet e McCubbins (1991), Cox e McCubbins (1993, 1995) no sistema norte-americano: superação de divergências políticas na arena eleitoral e fortalecimento dos partidos na arena decisória, buscando manter ou fomentar o valor eleitoral do *label* partidário.

Os diagnósticos sobre o sistema partidário brasileiro têm sido marcadamente negativos. Deparando-se com partidos organizacionalmente fracos, sem enraizamento social e de significado apenas na arena eleitoral, Lamounier e Meneguello (1986) classificam o sistema como um “caso notório de subdesenvolvimento partidário”. O diagnóstico de Lima Júnior é semelhante: “o país não dispõe ainda de um sistema partidário nacional” (1993, p. 151). A fragmentação do sistema, a alta volatilidade eleitoral, a falta de enraizamento social dos partidos, bem como a distribuição desigual de sua votação entre os estados também sustentam os diagnósticos de Mainwaring (1999) e Mainwaring e Jones (2003) de baixas institucionalização e nacionalização.

As evidências para o período analisado são fortes. O sistema bipartidário, que surgiu da legislação do período de 1965 a 1979, começou a ser desconstituído nas eleições de 1982, quando surgem PT e PDT e uma nova versão do PTB. Em 1986, surgem (e são

refundados) outros partidos: PCB, PCdoB, PSB, PL e PDC. Um outro grupo de partidos surgiu, na década de 1980, a partir de cisões dos existentes: o PFL foi criado, em 1985, a partir de divisão do PDS; o PSDB, em 1988, por membros da esquerda do PMDB. Assim, a evolução de um sistema bipartidário para um multipartidário foi abrupta (LIMA JÚNIOR, 1993; MELO, 2006, 2007): o número efetivo de partidos passou de 2,4 e 2,8, nas eleições de 1982 e 1986, para 8,7; 8,2; 7,1; 8,5 e 9,3 nas eleições de 1990 a 2006 (MELO, 2007). Apesar da estabilização do número de legendas em torno de 30, a partir de 1994, e da concentração da votação em um número menor, estudos ainda indicam a falta de coesão de diversos partidos brasileiros, a partir da análise das mudanças de legenda durante o exercício do mandato (MAINWARING, 1999; MELO, 2004, 2006, 2007; NICOLAU, 1996; SANTOS, A., 2001, 2006).

Outro aspecto do sistema, a descentralização ou falta de uma coordenação nacional nos partidos, tem sido constantemente reiterado. O fenômeno é antigo e tem sido objeto de diversas análises, denominado de diferentes maneiras e atribuído a diversas causas. Lima Júnior (1983, 1993, 1997) verificou sua manifestação na existência de subsistemas partidários estaduais tanto no período de 1945-64 quanto no atual; Nicolau (1996), analisando o sistema atual, aponta o “federalismo” dos partidos. A descentralização é atribuída à força de lideranças partidárias regionais, ou dos governadores, em detrimento de lideranças nacionais. De maneira geral, o quadro resultaria da combinação de representação proporcional com lista aberta, federalismo, distritos de grande magnitude e do monopólio, por parte de lideranças regionais, da distribuição de recursos entre os candidatos, como recursos do Fundo Partidário, tempo de propaganda no horário eleitoral gratuito, cargos na administração pública ou nas instâncias partidárias. Esse quadro seria significativamente prejudicial à governabilidade, posto que incentivaria a falta de disciplina parlamentar; instabilidade política; dificuldades de mudança no *status quo*; paralisia decisória (ABRÚCIO, 1998; AMES, 2003; CAREY; REINHARDT, 2003; MAINWARING, 1993, 1999; MAINWARING; SHUGART, 1997; SAMUELS, 2003, 2006; SHUGART; CAREY, 1992).

Argumenta-se aqui que esses diagnósticos de federalismo ou descentralização e de fragilidade ou falta de coesão não são atualmente válidos para todos os partidos. Alguns autores já apontaram diferenças, tendo em vista as características organizacionais do PT (SAMUELS, 2003, 2006; NICOLAU, 1996; MELO, 2006, 2007) ou dos partidos de

esquerda em geral (MAINWARING, 1999). A qualificação que se pretende aqui é de outra natureza. Os partidos brasileiros têm-se posicionado de forma diferenciada nas disputas presidenciais; essas disputas, em virtude da eficiência que tem apresentado, influenciam o voto do eleitor e, por isso, as estratégias das lideranças partidárias, tanto na arena eleitoral quanto na parlamentar, e a disposição das bancadas partidárias frente ao Executivo e aos líderes parlamentares no processo decisório.

A centralidade desses dois atores, no processo legislativo brasileiro, deriva das prerrogativas regimentais e constitucionais a eles delegadas no final da década de 1980. Entre as prerrogativas das lideranças partidárias, na CD e no SF, destacam-se a distribuição de cargos, as que lhes permitem facilitar a influência dos parlamentares no processo legislativo (assinatura em requerimentos que visam alterar a Ordem do Dia e o processo de tramitação, discussão e votação de proposições) e influenciar o resultado das votações (encaminhamento de voto nas votações nominais) (Regimentos Internos da CD e SF). Entre as prerrogativas do Executivo, destacam-se as de editar medidas que entram em vigor imediatamente (medidas provisórias); a de iniciar legislação, de forma exclusiva, nas áreas administrativa, tributária e orçamentária; de solicitar delegação para legislar em áreas específicas e tramitação urgente para suas propostas; e, por fim, a de emendar a Constituição (Constituição de 1988, art. 61, 62, 63, 64 e 68).

O resultado dessa configuração institucional seria a centralização do processo decisório nas mãos desses dois atores, o que explicaria as substantivas diferenças entre o período atual e o de 1945-1964: dominância e sucesso do Executivo no processo legislativo; disciplina dos partidos; estabilidade e diminuição do tamanho das coalizões governativas; enfim, governabilidade (AMORIM NETO; SANTOS, 2003; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, 2002, 2005, 2007, 2008; PEREIRA; MUELLER, 2003, 2006; PEREIRA; RENNÓ, 2001; SOUZA, 2003; SAMUELS, 2003; SANTOS, F., 1997, 1999, 2002, 2007).

A princípio, não há incompatibilidade entre a delegação ao Executivo e às lideranças partidárias no processo legislativo. Alguns analistas, inclusive, têm chamado a atenção para a interação entre ambas no estímulo à disciplina partidária e, por via de consequência, à governabilidade. No entendimento de Santos (2002),

[...] a transferência de poderes decisórios ao Executivo [...] cria um forte estímulo para a organização dos deputados federais em partidos parlamentares - o que, por sua vez, aumenta a disciplina e a previsibilidade dos legisladores em plenário *vis-à-vis* o que normalmente ocorria antes de 1964 (p. 239).

Tendo em vista a importância que os recursos fornecidos pelo Executivo para a carreira do parlamentar, inclusive a visibilidade política que o alinhamento a suas preferências propicia, Santos salienta que “a cooperação com os partidos parlamentares é a melhor estratégia para os parlamentares fortalecerem o seu poder de barganha diante do Chefe do Executivo” (2002: 246). Para Pereira e Mueller (2003), os líderes partidários formam uma “ponte” que liga os parlamentares individuais ao Executivo, negociando as demandas de ambos. Na mesma direção, Figueiredo e Limongi (2002), salientam que a intermediação dos partidos, nas negociações com o Executivo, torna os compromissos e ameaças dos legisladores mais críveis e é vantajosa para o Executivo:

Agindo individualmente, os parlamentares terão pequena capacidade de extrair benefícios do Executivo. Do ponto de vista do Executivo, negociar com partidos é vantajoso porque, desta forma, obtém apoio mais estável e previsível no longo prazo, reduzindo os custos de transação em que poderia incorrer se optasse pela negociação caso a caso. Na verdade, dada a distribuição de direitos legislativos em favor dos líderes partidários, a possibilidade de os partidos serem desconsiderados quer pelos parlamentares quer pelo Executivo é muito pequena (p. 333-4).

Assim, tendo em vista a centralização do processo decisório, diversos autores apontam para o fortalecimento dos partidos, na arena parlamentar, como elos intermediários nas relações dos parlamentares com o Executivo. O argumento aqui desenvolvido qualifica esse argumento: a disposição das bancadas frente aos recursos fornecidos pelas lideranças e pelo Executivo varia entre os partidos e está relacionado com a dinâmica das eleições presidenciais e congressuais. Vejamos essa dinâmica.

## II- A eficiência das disputas presidenciais e sua influência sobre as eleições congressuais

Como prevêem Shugart e Carey (1992), a perspectiva de um segundo turno nas eleições presidenciais brasileiras tem encorajado, de forma relevante, a apresentação de candidatos por um grande número de partidos nas cinco eleições presidenciais do atual período democrático. Esse número foi especialmente alto na primeira eleição, a de 1989, quando concorreram 21 candidatos, mas caiu, nas quatro últimas eleições, para uma média de 8,3 candidatos. Apesar disso, a distribuição da votação entre os competidores concentra-se marcadamente, a partir das eleições de 1994, em duas propostas de governo, o que se constitui no principal indicador de eficiência eleitoral, nos termos de Cox (1987), Shugart e Carey (1992) e Powell (2000). A TAB. 1 traz os dados.

TABELA 1: Competidores e votação nas eleições presidenciais (1989-2006)

ELEIÇÃO	COMPETIDORES				VOTAÇÃO	
	N	Ne	PARTIDO	COLIGAÇÃO	%	% a.
1989	21	5,7	PRN	PRN/PST/PSL	30,5	30,5
			PT	PT/PSB/PCdoB	17,2	47,7
			Outros		52,3	100
1994	8	2,7	PSDB	PSDB-PFL-PTB	54,3	54,3
			PT	PT-PSB-PCdoB-PPS-PV-PSTU	27	81,3
			Outros		18,7	100
1998	12	2,5	PSDB	PSDB-PFL-PPB-PTB-PSD	53,1	53,1
			PT	PT-PDT-PSB-PCdoB	31,7	84,8
			Outros		15,2	100
2002	6	3,2	PT	PT-PCB-PL-PMN-PCdoB	46,4	46,4
			PSDB	PSDB-PMDB	23,2	69,6
			Outros		30,4	100
2006	7	2,4	PT	PT-PCdoB-PRB	48,6	48,6
			PSDB	PSDB-PFL	41,6	90,2
			Outros		9,8	100

Fontes: TSE; IUPERJ.NICOLAU (Org.). *Banco de Dados Eleitorais do Brasil de 1982 a 2004*; MELO (2006: 164).

No primeiro turno da eleição de 1989, o PT e o PRN reuniram 47,7% dos votos. Os cinco candidatos seguintes, do PDT, PSDB, PDS, PL e PMDB reuniram o apoio de 46,4% do eleitorado, distribuindo-se o restante dos votos (5,9%) entre 14 candidatos. Naquela ocasião, sobraram propostas de governo; partidos com significativa trajetória, como o PMDB, tiveram votações inexpressivas; partidos destituídos de qualquer significado, como o PRN, lograram votações surpreendentes (30,5%). Sobrou ineficiência, diriam Shugart e Carey, o que é indicado pelo alto número efetivo de partidos: 5,7.

Nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006, a eficiência emerge apesar de ainda haver um grande número de competidores. A disputa passa a ser coordenada pelos partidos, mais especificamente, o PT e o PSDB, que “firmaram-se como alternativas de políticas perante o eleitorado nacional” (MELO, 2006: 168), reunindo, nessas eleições, 81,3%; 84,8%; 69,6%; 90,2% dos votos (média de 81,5%). Com esses percentuais, o Brasil praticamente se equipara aos sistemas presidencialistas cujas eleições são classificadas como eficientes (média de 85%). Em 1994 e 1998, decidiu-se sem segundo turno e, em 2006, apesar de ter havido uma segunda rodada, os dois primeiros colocados obtiveram 90,2% dos votos na primeira. Nessas eleições, o Ne cai para 2,7; 2,5; 3,2 e 2,4, respectivamente, e a média fica em 2,7. Após a eleição de 1989, apenas duas vezes (1998 e 2002), o terceiro candidato obteve mais que 10% dos votos. Nos sistemas ineficientes, a votação dos terceiros candidatos reúne, em média, mais que 35% da votação

(SHUGART; CAREY 1992, p. 209-211); no Brasil, apenas em 1989 esse patamar foi ultrapassado; a média das quatro últimas eleições é de 18,5%. Assim, o sistema, nas eleições executivas federais, não possui o formato multipartidário previsto para os sistemas que exigem segundo turno. Seu formato bipartidário, na maioria das eleições, denota uma escolha entre uma proposta de governo ou outra, ou seja, eficiência.

A participação dos partidos na disputa presidencial é vista como um estímulo à centralização política. As discussões de Duverger (1994) e Lima Júnior (1999) apontam nessa direção. Duverger discute o sistema partidário francês e aponta alguns fatores que propiciariam a nacionalização. O primeiro seria o uso do rádio e da televisão, que tornariam a propaganda partidária mais uniforme no território, e concentrada em torno de líderes nacionais; o segundo seria a capacidade de reunir votos, o que, na visão do autor, depende do tamanho do partido; o terceiro seria a eleição popular do Presidente (p. 81-2).

De acordo com Lima Júnior (1999, p. 20), a eleição presidencial no Brasil, a partir da eleição de Quadros, passou a ser nacional, tanto pelo tamanho e complexidade sócio-econômica do eleitorado e pela magnitude do apoio necessário para a vitória presidencial, quanto pela necessidade de articulação política vertical e horizontal. Em suas palavras:

Não se trata mais de um acerto político entre meia dúzia de oligarquias estaduais; não se trata mais de o detentor do poder escolher e fazer o seu sucessor; pelo contrário, a coalizão tem de ser bem mais ampla, incluindo grandes e pequenos estados. O apelo político tem de romper com particularidades locais e assumir um caráter mais geral, mais universal. Além disso, a costura política tem de ser no sentido vertical, dada a existência da federação, incluindo elites estaduais e locais (p. 20).

Partindo-se dessas análises, e da discussão empreendida por Kiewiet e McCubbins (1991), Shugart e Carey (1992) Cox e McCubbins (1993) e Powell (2000), pode-se argumentar que, em um sistema como o brasileiro, a participação reiterada e consistente dos partidos nas eleições presidenciais, traduz-se em estratégias de construção de uma organização partidária com um grau significativo de coordenação política entre as lideranças regionais. Cabe salientar que essa centralização não pode ser vista de forma dicotômica: partido centralizado X partido descentralizado. O esforço de um dado partido para articular os interesses de suas diversas *constituencies* a propostas de políticas nacionais deve ser tratado como um processo, mais bem avaliado em um *continuum*.

A TAB. 2 mostra a participação dos partidos nas disputas presidenciais, distinguindo-a em apresentando candidato e participando de coligação presidencial.

TABELA 2: Modalidades de participação nas eleições presidenciais (1989-2006) por partido (N)

PARTIDO	APRESENTANDO CANDIDATO	PARTICIPANDO COLIGAÇÃO	TOTAL PARTICIPAÇÕES
PT	5	-	5
PSDB	5	-	5
PDT	3	2	5
PCdoB	-	5	5
PCB/PPS	3	1	4
PSB	1	3	4
PFL	1	3	4
PTB	1	3	4
PMDB	2	1	3
PDS-PP	2	1	3
PL	1	1	2

Fontes: TSE; IUPERJ. NICOLAU (Org.). *Banco de Dados Eleitorais do Brasil de 1982 a 2004*.

Apresentando candidatos, PT e PSDB são os mais constantes competidores nas eleições presidenciais do atual período democrático. São seguidos pelo PDT e PCB/PPS<sup>2</sup>, que apresentaram candidatos em três eleições, e pelo PMDB e PDS/PPR/PPB/PP<sup>3</sup> (doravante PDS-PP) que disputaram apenas as duas primeiras. PCdoB, PSB, PFL e PTB têm-se destacado como parceiros de coligações presidenciais. No entanto, enquanto o PCdoB e o PSB têm demonstrado apoio constante aos candidatos petistas, em cinco e três eleições respectivamente, e o PFL aos candidatos apresentados pelo PSDB, em três eleições, o PTB trocou, em 2002, o apoio aos candidatos apresentados pelo PSDB, nas duas eleições anteriores, pelo candidato do PPS. Não apresenta, portanto, um apoio consistente.

Nas cinco eleições analisadas, no que se refere ao critério proposto, encontramos, portanto, quatro tipos de partidos: 1) PT e PSDB apresentam persistência na apresentação de candidatos e capacidade de angariar apoio eleitoral significativo, como visto na TAB. 1. São partidos com “vocaç o” presidencial, como diz Jairo Nicolau; s o, nos termos propostos, os partidos brasileiros com maior grau de centraliza o; 2) PDT e PPS apresentam candidatos recorrentemente, embora n o com a mesma freq encia e

<sup>2</sup> O PCB, que disputou as eleições presidenciais e congressuais de 1989 e 1990, era uma das divisões do PCB criado em 1922. Em 1994, esse partido disputa as eleições legislativas sob a denominação PPS. Surge, naquela ocasião, outro PCB, registrado no TSE com outro número.

<sup>3</sup> A legenda remonta à ARENA. Em 1982, esse partido disputa as eleições sob a denominação PDS. Em 1993, o PDS incorpora o PDC e altera seu nome para PPR, que disputa as eleições em 1994. Em 1995, o PPR se funde ao PP, dando origem ao PPB, que disputa as eleições de 1998 e 2002. Em 2003, o PPB muda sua designação para PP (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; SCHMITT, 2000; MELO, 2006).

capacidade que PT e PSDB. Possuem, portanto, uma vocação menos consistente, que pode ser denominada “pretensão” presidencial; 3) PCdoB e PSB, por um lado, e PFL, por outro, são parceiros reiterados e leais, ou “coadjuvantes”, de coligações presidenciais, respectivamente, do PT e do PSDB. Apesar de não apresentarem candidatos, com a exceção pontual do PSB, essa participação lhes exige permanentemente coordenação da ação política e organizacional nos diversos estados brasileiros. Assim, seguindo Lima Júnior (1999) e Duverger (1994), assume-se que a participação desses partidos na eleição presidencial imprime a suas propostas políticas um caráter mais geral/universal, o que permite classificá-los como partidos centralizados.

O PMDB, PP, PL e PTB são competidores presidenciais eventuais. Não atendem de forma contínua, ou consistente no caso do PTB, ao critério proposto. Suas lideranças não têm apresentado disposição, pelo menos não de forma reiterada, de coerir em torno de uma proposta política mais abrangente. São, por isso, partidos descentralizados.

#### *A influência da eficiência nas eleições presidenciais sobre o desempenho dos partidos nas disputas congressuais*

Espera-se que, em um sistema multipartidário, a influência da eficiência das disputas presidenciais sobre as congressuais seja evidenciada pela vinculação entre os votos colocados nas urnas presidenciais e aqueles colocados nas urnas congressuais. Um desempenho eleitoral diferenciado dos competidores à Presidência é apontado por Fiorina (1974), Powell (2000) e Shugart e Carey (1992). Para Powell, premiação e punição de governos, bem como a ordem das preferências manifestadas por propostas políticas ainda não testadas, abrem espaço para a *accountability* e decisividade nos sistemas eficientes, o que seria indicado pela alta volatilidade dos votos. Shugart e Carey (1992) salientam a importância de que as eleições congressuais ocorram na mesma época, ou até um ano após as eleições presidenciais (eleições de “lua de mel”), o que facilitaria a formação de maiorias de apoio ao Presidente, uma das principais vantagens dos sistemas eficientes, e ressaltam que, no caso de um sistema multipartidário, a influência da eficiência da disputa presidencial sobre a congressual é a sua polarização.

Aqui cabe ressaltar que a correlação entre a votação obtida pelos partidos nas disputas para as Governadorias – GD - ou Presidência e a votação obtida para a CD e SF não autoriza a inferência de que o eleitor vinculou seu voto. No entanto, é plausível esperar

que essa correlação aumente a probabilidade de que essa vinculação tenha ocorrido<sup>4</sup>. A TAB. 3 traz os cálculos.

TABELA 3: Correlação entre a votação dos partidos nas eleições para a Presidência e Governadorias e para a Câmara e Senado (1990-2006) (Pearson)

ELEIÇÃO*	GOVERNADORIAS/		PRESIDÊNCIA/	
	CÂMARA	SENADO	CÂMARA	SENADO
1990	0,67	-	0,24	-
1994	0,59	0,45	0,21	0,26
1998	0,74	0,46	0,83	0,46
2002	0,59	0,38	0,72	0,57
2006**	0,68	0,24	0,72	0,34

Fontes: TSE; IUPERJ. NICOLAU (Org.). *Banco de Dados Eleitorais do Brasil de 1982 a 2004*.

Nota: Distribuição da votação por estado. Nos dados do TSE, a votação para a Presidência, em 2006, inclui ZZ, além dos 27 estados; a votação para a CD e SF inclui apenas os 27 estados. Para o cálculo, não se incluiu o ZZ.

Em primeiro lugar, percebe-se que a correlação entre a votação para a escolha dos cargos executivos é maior com a votação para a CD que com a do SF. A explicação para o fato encontra-se no sistema utilizado – proporcional e pluralidade. O primeiro permite uma manifestação mais livre das preferências eleitorais, na medida em que disponibiliza um número maior de opções, enquanto que o segundo restringe a escolha partidária, ao restringir a oferta de candidatos (NICOLAU, 1993, 2004; SARTORI, 1994).

Em segundo, os coeficientes encontrados indicam correlação significativa entre o desempenho dos partidos que disputam as GD e seu desempenho nas eleições legislativas, especialmente para a CD nas últimas eleições. A correlação entre o desempenho dos partidos que disputam a Presidência e seu desempenho para a CD é muito baixa em 1990, posto que a eleição presidencial ocorrera no ano anterior, assim como em 1994, quando as eleições já são concorrentes. A partir de 1998, o quadro se inverte: a correlação entre a votação obtida pelos partidos que disputaram a Presidência e a que eles obtiveram para o Congresso, especialmente para a CD, torna-se mais alta.

Provavelmente, evidência melhor de que o desempenho dos partidos na disputa presidencial influencia seu desempenho na disputa para a CD seja fornecida pela análise da volatilidade eleitoral dessa última. A TAB. 4 mostra a contribuição média de cada grupo de partido na volatilidade dos votos nas eleições analisadas.

<sup>4</sup> Evidência nessa direção seria fornecida por pesquisas com o eleitor, nos moldes das desenvolvidas por Carreirão e Kinzo (2004), Kinzo (2004), Nicolau (2006), Rennó (2006). As pesquisas de Carreirão e Kinzo apontam a centralidade das disputas presidenciais, para a participação eleitoral, e que a identificação partidária está relacionada com o desempenho dos partidos nos governos.

TABELA 4: Volatilidade nas eleições para a Câmara dos Deputados (1990-2006) por tipo de partido

TIPO DE PARTIDO	ELEIÇÕES				MÉDIA P/ PARTIDO
	1990/1994	1994/1998	1998/2002	2006/2002	
Centralizados					
Vocação	4,1	1,8	4,2	2,1	1,5
Coadjuvante	0,5	3	3,4	1,8	0,7
Pretensão	1,7	1,1	1,2	0,6	0,6
Descentralizados	1,3	4,4	4,1	1,0	0,7
Micros	10,6	4,9	2,1	5,3	0,3
Volatilidade	18,1	15,1	15	10,8	
(N)	(37)	(32)	(31)	(33)	..

Fontes: TSE; IUPERJ. NICOLAU (Org.). *Banco de Dados Eleitorais do Brasil de 1982 a 2004*.

Os dados apresentados, especificamente, a contribuição média de cada grupo de partido na volatilidade, mostram que o eleitor tem demonstrado capacidade de punir e premiar, na eleição para a CD, os partidos responsáveis pelos governos anteriores e estabelecer ordem de preferência entre os competidores que ainda não foram testados. Embora a influência da votação presidencial sobre a votação para a CD não seja a única que se verifica sobre o desempenho dos partidos, posto que as eleições majoritárias estaduais também o influenciam (SAMUELS, 2003), é inegável que ela denota a centralidade dessa disputa para o eleitorado, o que, potencialmente, estimula a coordenação política por parte das lideranças partidárias, com vistas a manter, senão fomentar o valor eleitoral do *label* partidário (KIEWIET; MCCUBBINS, 1991; COX, MCCUBBINS, 1993). Vejamos se isso ocorre.

*A influência da eficiência das disputas presidenciais sobre as estratégias coligacionistas nas eleições para o Legislativo federal*

As coligações eleitorais nas eleições proporcionais, denominadas também “alianças” na legislação eleitoral do período de 1945-64 (SCHMITT, 2000), foram permitidas nas eleições de 1950 a 1962, proibidas pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1971, e novamente liberadas a partir das eleições de 1986 (LIMA JÚNIOR, 1993). Entre 1986 e 1998, proibia-se que os partidos realizassem para a CD coligações diferentes das firmadas para as GD. Em 2002 e 2006, exigiu-se a “verticalização” das coligações, ou seja, os partidos que integravam coligações diferentes, na disputa presidencial, não puderam se coligar nas disputas para os outros cargos.

Na avaliação das coligações realizadas para a CD, SF e GD, nas cinco últimas eleições, constatam-se duas tendências importantes. A primeira é o aumento gradativo das alianças entre os maiores partidos do período (PT, PCdoB, PSB, PDT, PPS, PSDB, PMDB, PL, PTB, PDS-PP, PFL)<sup>5</sup>, independentemente de sua posição no espectro ideológico; a segunda é a polarização entre os partidos de vocação presidencial e seus coadjuvantes<sup>6</sup>. A TAB. 5 traz a distribuição do número de coligações, por cargo e eleição.

TABELA 5: Coligações por tipo de integrantes, cargo e eleição (1990-2006) (N)

COLIGAÇÕES	ELEIÇÃO				
	1990	1994	1998	2002	2006
<b>Coligações (total)</b>					
Câmara	85	113	104	139	144
Senado	...	71	74	112	87
Governadorias	82	78	83	106	105
<b>Coligações apenas de micros</b>					
Câmara	9	10	17	17	51
Senado	...	4	8	7	20
Governadorias	3	5	7	7	29
<b>Coligações com ao menos um dos onze</b>					
Câmara	76	103	87	122	93
Senado	...	67	66	105	68
Governadorias	79	73	76	99	76

Fontes: TSE; IUPERJ. NICOLAU, (Org.). *Banco de Dados Eleitorais do Brasil de 1982 a 2004*; SCHMITT, Rogério.

A avaliação do número de “Coligações (total)” mostra, exceto nas disputas para o SF, um aumento entre 1990 e 2006. Esse crescimento, no entanto, está relacionado mais com o aumento da participação eleitoral dos micro-partidos e menos com um aumento das coligações integradas pelos onze partidos considerados, como pode ser visto na distribuição do número de “Coligações apenas de micros”.

O número de “Coligações com ao menos um dos onze partidos” traz várias informações. Em primeiro lugar, ele reflete o número de estados em que esses partidos participam de cada uma das disputas e suas preferências quanto às modalidades de participação eleitoral. Em segundo lugar, esse número sofreu um aumento significativo, nas eleições de 2002, para os três cargos, o que se explica pela proibição inesperada de coligação

<sup>5</sup> Quando me referir à presença de dois partidos em uma mesma coligação, procedimento que será utilizado para verificar o padrão interativo de cada um dos 11 partidos, denomino o evento de ‘aliança’ para não confundir com ‘coligação’, termo que indicará aqui somente a aliança formal entre diversos partidos.

<sup>6</sup> Em trabalho apresentado no 6º Encontro da ABCP, intitulado “A influência das eleições presidenciais sobre as disputas para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal (1990-2006)”, faz-se uma discussão mais detalhada das coligações eleitorais.

entre partidos que integravam coligações presidenciais diferentes. Em terceiro lugar, percebe-se que o número de coligações para as GD evolui independente do número de coligações feitas para a CD e para o SF. A avaliação do padrão aliancista dos onze partidos, na TAB. 6, traz mais evidências dessas preferências.

TABELA 6: Modalidades de participação dos onze maiores partidos por tipo, cargo e eleição (1990-2006) (N)

MODALIDADES	ELEIÇÃO				
	1990	1994	1998	2002	2006
<b>Alianças entre dois dos onze maiores partidos</b>					
Câmara	240	329	362	202	314
Senado	...	197	350	200	344
Governadorias	390	283	449	202	379
<b>Disputas isoladas de um dos onze ou coligado apenas com micros</b>					
Câmara	83	35	45	68	51
Senado	...	71	33	69	29
Governadorias	37	39	12	39	20

Fontes: TSE; IUPERJ. NICOLAU (Org.). *Banco de Dados Eleitorais do Brasil de 1982 a 2004*; SCHMITT, Rogério.

A distribuição do número de “Alianças entre dois dos onze maiores partidos” mostra um aumento significativo das alianças, a partir de 1994, para a CD, o que não ocorre apenas em 2002, em virtude da verticalização. Os dados parecem apresentar também uma tendência de, nos anos em que dois terços das cadeiras do SF estão em disputa, os onze maiores partidos aliam menos entre si para essa Casa. Essa preferência parece influenciar, inclusive, as modalidades de participação nas disputas das GD. No entanto, afirmação mais contundente, nessa direção, requer uma série maior de eleições.

De qualquer forma, importa salientar aqui o aumento do número de alianças entre os onze maiores partidos a partir de 1994, e que esse aumento é acompanhado pela ultrapassagem das fronteiras dos blocos ideológicos, como mostram os dados da TAB. 7.

TABELA 7: Alianças entre os onze maiores partidos para a Câmara por eleição (1990-2006) e por bloco ideológico

ELEIÇÃO	ESQUERDA c/			CENTRO c/		DIREITA c/
	ESQUERDA	CENTRO	DIREITA	CENTRO	DIREITA	DIREITA
1990	37,1 (89)	15,8 (38)	6,7 (16)	2,5 (6)	13,3 (32)	24,6 (59)
1994	42,2 (139)	11,6 (38)	12,5 (41)	3,6 (12)	13,7 (45)	16,4 (54)
1998	31,5 (114)	9,4 (34)	16,3 (59)	2,2 (8)	20,7 (75)	19,9 (72)
2002	21,3 (43)	0,0 (0)	42,1 (85)	5,9 (12)	16,3 (33)	14,4 (29)
2006	22,6 (71)	11,1 (35)	28,3 (89)	2,2 (7)	18,5 (58)	17,2 (54)

Fontes: TSE; IUPERJ. NICOLAU (Org.). *Banco de Dados Eleitorais do Brasil de 1982 a 2004*; SCHMITT, Rogério.

A avaliação das alianças realizadas entre os partidos, de acordo com sua posição no espectro ideológico, mostra um padrão relativamente variado de estratégias aliancistas de eleição para eleição, embora seja possível perceber uma tendência clara entre os partidos de direita (PFL, PDS-PP, PTB, PL) e de esquerda (PT, PCdoB, PSB, PDT, PCB/PPS) de ampliarem, em termos absolutos, o número de alianças entre si ao longo das cinco eleições. Assim, a polarização que se percebe, nas eleições de 1990, entre esses dois grupos de partidos, quando eles realizam apenas 16 alianças entre si (6,7% do total de alianças entre os onze), vai cedendo espaço para uma diluição das fronteiras entre esses dois blocos: em 2006, o número de alianças entre eles é de 89, o que representa um aumento de 460% em relação ao número de 1990. Em termos relativos, o crescimento é também gradativo até 1998. Em 2002, com a verticalização, o percentual de alianças entre os partidos desses blocos é o maior do período (42,1%). Em 2006, há uma queda (28,3%), mas o percentual fica ainda acima do que se verifica em 1998 (16,3%).

Apesar de todos os onze partidos aumentarem significativamente, em relação à eleição de 1990, o número de alianças entre si, nas eleições para a CD (TAB. 6), ultrapassando, inclusive, as fronteiras ideológicas, como se acaba de verificar, a avaliação da distribuição do percentual de alianças realizadas entre os partidos de vocação presidencial e seus coadjuvantes, apresentada na TAB. 8, aponta claramente para a polarização entre eles, nas disputas para os três cargos, mesmo antes da verticalização em 2002. Aliás, as alianças entre os partidos que integravam coligações presidenciais diferentes também apresentam queda.

TABELA 6: Alianças entre partidos de coligações presidenciais adversárias por eleição (1990-2006) e por cargo (%)

ELEIÇÃO	ALIANÇAS ENTRE PARTIDOS DE COLIGAÇÕES ADVERSÁRIAS			ALIANÇAS ENTRE PARTIDOS DE VOCAÇÃO PRESIDENCIAL		
	GD's	CD	SF	GD's	CD	SF
1990	100	100	...	0,8	1,3	...
1994	26,1	26,7	34,0	0,7	0,6	0,5
1998	24,3	25,4	23,1	0,4	0,6	0,6
2002	0	0	0	0	0	0
2006	0	0	0	0	0	0

Fontes: TSE; IUPERJ. NICOLAU. (Org.). *Banco de Dados Eleitorais do Brasil de 1982 a 2004*; SCHMITT, Rogério.

Dada a não-simultaneidade das eleições para a Presidência e para os outros cargos, e o fato de que todos os partidos analisados, com exceção do PCdoB e PSB, terem apresentado candidatos à Presidência, em 1989, não surpreende que todas as alianças, nas disputas para as GD's e CD em 1990, tenham sido “incongruentes” (SAMUELS, 2003), isto é, entre os competidores presidenciais da eleição de 1989.

Com a simultaneidade das disputas presidenciais e legislativas, a partir 1994, o percentual de alianças incongruentes cai substantivamente e continua a diminuir nas eleições de 1998. Assim, havia possibilidade de desaparecimento espontâneo, ou crescente insignificância, dessas alianças. Se restringirmos a noção de incongruência aos partidos de vocação presidencial, que são os efetivos na disputa presidencial, as alianças tornam-se, em termos percentuais, quase irrelevantes. PT e PSDB aliaram-se, para a CD e GD, em 1990, em três estados; em 1994 e 1998, em dois. Para o SF, esses partidos integraram a mesma coligação em um estado, em 1994, e em dois em 1998.

Os coadjuvantes seguem a mesma estratégia: o PCdoB acompanha o PT na restrição das alianças com o PSDB, assim como o PSB, embora este de forma mais lenta. Cabe salientar que a polarização que existe entre o PT e o PFL é mais radical que a que se instalou entre o PT e o PSDB. Esses dois são os únicos partidos que nunca se aliaram nas disputas para o Legislativo federal nas eleições analisadas. Nas eleições majoritárias estaduais, esses dois partidos também se colocaram sempre em campos opostos, exceto em 2002, quando integraram, em Roraima, a coligação que lançou o candidato do PSL.

A consistência da polarização entre os partidos de vocação presidencial e seus coadjuvantes pode ser avaliada, inclusive, em suas estratégias coligacionistas em 2006. Visando retomar a incorporação do maior número de parceiros, em contexto de vigência da verticalização, todos os partidos restringiram ao máximo as coligações presidenciais.

As únicas que foram formalizadas foram justamente entre o PT e PCdoB, por um lado, e PSDB e PFL de outro. Assim, pode-se dizer que a verticalização tornou transparente qual é a “congruência” possível no Brasil, o que remete para a avaliação de Samuels (2003).

O autor entende como coligações “congruentes” aquelas em que os partidos integrantes não apóiam candidatos diferentes aos Executivos federal ou estadual. Verifica que, nas eleições de 1994 e 1998, apenas 35% e 29% das coligações para a CD foram congruentes com as coligações para a Presidência, enquanto que a taxa de congruência entre elas e as coligações para as GD alcançaram a taxa de 97% nas duas eleições (2003, p. 91).

A avaliação da congruência das coligações eleitorais deve, no entanto, levar em conta, em primeiro lugar, as instituições brasileiras, especialmente o federalismo, a votação proporcional e o multipartidarismo. Essas instituições colocam aos partidos desafios de monta, não enfrentados pelos partidos norte-americanos, o que coloca em dúvida a utilização dos mesmos procedimentos para análise de seu comportamento. Não se pode esperar, em um país federativo *com sistema multipartidário*, que as mesmas coligações realizadas para as disputas presidenciais sejam replicadas na disputa legislativa. Sendo o distrito eleitoral desses cargos o estado, as lideranças partidárias consideram, em seu cálculo coligacionista, os acordos feitos também na disputa para as GD, como mostrou Lavareda (1991), *mesmo porque elas estavam obrigadas pela lei a considerá-los*, assim como parecem considerar o número de cadeiras em disputa para o SF e, principalmente, tendo em vista a discussão aqui empreendida, elas consideram também a dinâmica da disputa presidencial, mesmo antes de serem obrigadas pela lei a fazê-lo.

Demonstrada a influência da eficiência das disputas presidenciais sobre o desempenho eleitoral dos partidos e as estratégicas coligacionistas das lideranças, vejamos se o posicionamento dos partidos, nessas disputas, dada sua eficiência, influencia seu comportamento na arena parlamentar.

### III - A influência da eficiência das disputas presidenciais sobre o comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados e Senado Federal

Com o objetivo de avaliar se o estímulo à centralização política, gerado pela participação dos partidos em disputas presidenciais eficientes, está presente também no

comportamento parlamentar das lideranças e das bancadas, testam-se três hipóteses: (1) as lideranças dos partidos centralizados, a partir de 1995, coordenam mais o voto de suas bancadas, independentemente de integrarem ou não a base de apoio ao governo, que as lideranças dos partidos descentralizados; (2) os partidos centralizados, por possuírem um horizonte político mais amplo, vinculam, de forma mais consistente que os partidos descentralizados, seu posicionamento político-eleitoral ao posicionamento político-parlamentar; (3) as bancadas dos partidos centralizados e descentralizados apresentam disposições diferenciadas frente ao Executivo e às lideranças parlamentares.

Para testar a primeira hipótese, toma-se o percentual de votações nominais com encaminhamentos impositivos, ou seja, votações em que os líderes orientam suas bancadas a aprovarem ou rejeitarem proposição, ou a obstruírem sua votação, como uma *proxy* desse esforço de coordenação.

A coordenação do voto das bancadas parlamentares é uma estratégia potencialmente excelente para se adquirir visibilidade política. Para que um partido seja capaz de transmitir uma imagem com contornos minimamente definidos, especialmente em um sistema político como o brasileiro, em que o Executivo possui substantivo poder de agenda, e assim marcar uma posição política frente à sua *constituency*, faz-se necessário que ele coloque sua marca na produção legislativa, seja de forma afirmativa, aprovando ou rejeitando as proposições; seja negativa, impedindo sua votação e, assim, negando *quorum* para a deliberação. A atuação coordenada, nessas três direções, especialmente nos grandes partidos e nas grandes assembleias, exige a intervenção de lideranças no sentido de economizar custos de informação. Por outro lado, sempre há votações em que parlamentares e lideranças preferem não se posicionar, mais especificamente, aquelas em os interesses dos diversos *principals* entram em conflito. Nessas ocasiões, em que o encaminhamento é pela abstenção, ou não há encaminhamento, é possível distinguir os partidos que possuem estratégias de prazo mais longo, como, por exemplo, investir na consistência e visibilidade nacionais do *label* partidário, daqueles que têm em vista um horizonte político mais restrito, por exemplo, sua *constituency* estadual ou municipal.

O método utilizado para testar hipóteses mais específicas para a CD é o de Mínimos Quadrados Ordinários - MQO.

As variáveis utilizadas são:

Dependente: Percentual de votações com encaminhamentos pela aprovação ou rejeição das proposições (sim, não) e pela obstrução da votação sobre o total de votações do período de vigência da coalizão<sup>7</sup>.

Independentes: (1) Eficiência Eleitoral: coalizões do período com eleições presidenciais eficientes e coalizões do período com eleições presidenciais não eficientes (*dummy* - categoria de referência: não eficiência); (2) Tipo de Partido: centralizado, descentralizado (*dummy* - categoria de referência: descentralizado); (3) Posição do Partido frente ao Governo: integrado à base, não-integrado (*dummy* - categoria de referência: não-integrado). Com o objetivo de controlar possíveis efeitos cumulativos, próprios de séries temporais, incluiu-se (4) Governo Lula (*dummy* - categoria de referência: Governos FHC e Governos Collor e Itamar). O controle desse efeito entre os dois governos do período de 1991-1995 e os posteriores foi feito pela variável Eficiência; (5) no último modelo, testa-se a substituição da variável Eficiência por Governos FHC (*dummy* - categoria de referência: governos Collor/Itamar e Governo Lula).

As hipóteses específicas a serem testadas são as seguintes:

- (1) nas coalizões do período com eleições eficientes (1995 a 2007), o percentual de votações nominais com encaminhamentos eleitoralmente impositivos (sim, não, obstrução) é maior que o do período com eleição não eficiente (1991 a 1995);
- (2) nas coalizões do período com eleições eficientes, as lideranças dos partidos centralizados coordenam mais o comportamento de suas bancadas que as dos partidos descentralizados;
- (3) as lideranças dos partidos centralizados coordenam mais o comportamento de suas bancadas quando integram a coalizão governista que quando não integram.

---

<sup>7</sup> Total de 1.087 votações nominais válidas e não unânimes, distribuídas nas seguintes coalizões: Collor 2 e 3; Itamar 1, 2, 3; FHC I 1, I 2; FHC II 1, II 2; Lula 1, 2, 3, 4 e 5. Em virtude do menor número de votações no SF, e para permitir comparabilidade com a CD, as votações das coalizões do Governo Lula 3 e 4 foram tratadas em conjunto. A configuração partidária e as datas de vigência das coalizões são as apresentadas na literatura (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2007; MELO, 2007).

TABELA 7: Regressão MQO – Coordenação partidária das bancadas parlamentares na Câmara dos Deputados (1991-2007)

Coordenação das lideranças parlamentares (%)	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	84.507*** (1.762)	84.870*** (2.287)	82.534*** (2.568)	82.534*** (2.568)
Eficiência Eleitoral	5.343** (2.643)	5.343** (2.652)	4.868** (2.638)	
Governos FHC				4.868* (2.638)
Governo Lula	6.555** (2.786)	6.555** (2.795)	5.729** (2.801)	10.596*** (2.711)
Tipo de Partido		-.571 (2.279)	.765 (2.361)	.765 (2.361)
Posição frente ao Governo			4.543* (2.352)	4.543* (2.352)
N	143	143	143	143
R2	.126***	.127***	.150***	.150***
R2 ajustado	.114	.108	.125	.125

Fonte: CEBRAP, FIGUEIREDO, LIMONGI (Org.). *Banco de Dados Legislativos da Câmara dos Deputados (1989-2007)*.

Notas: \*p<0.10; \*\*p<0.05; \*\*\*p<0.001  
Erro padrão entre parênteses.

No primeiro modelo, incluíram-se as *dummies* Eficiência e Governo Lula. O coeficiente da variável Eficiência é estatisticamente significativo ao nível de 5%. Em relação ao período com eleições presidenciais não-eficientes, as lideranças do período com eleições eficientes realizam um percentual maior de encaminhamentos pela aprovação ou rejeição das proposições ou pela obstrução da votação que as lideranças do período anterior, mostrando os efeitos da eficiência da disputa presidencial sobre o comportamento das lideranças na arena parlamentar. A *dummy* que tinha por objetivo controlar possíveis efeitos cumulativos também se mostrou estatisticamente significativa ao nível de 5%. Esse resultado mostra que a taxa de coordenação das bancadas cresceu no Governo Lula, em relação aos governos de 1991 a 2003, evidenciando crescente interesse dos partidos em imprimir visibilidade eleitoral ao *label* partidário, corroborando-se, assim, de forma adicional, a primeira das hipóteses enunciadas.

A magnitude e significância do impacto da eficiência das eleições presidenciais sobre o grau de coordenação das bancadas parlamentares são mantidas inalteradas quando se introduz, no segundo modelo, o tipo de partido. Esse resultado mostra que não há

diferença estatisticamente significativa entre a taxa de coordenação dos partidos centralizados e a dos partidos descentralizados, o que contraria a segunda das hipóteses enunciadas. Os dois tipos de partidos coordenam mais o comportamento de suas bancadas no período com eleições eficientes que o fizeram no período anterior.

No terceiro modelo, testa-se a terceira das hipóteses enunciadas, introduzindo-se a variável que mede os efeitos do posicionamento dos partidos frente ao governo: se integrado à base governista ou não. O coeficiente é estatisticamente significativo ao nível de 10%. Mantidos constantes os efeitos das variáveis Eficiência, Governo Lula e Tipo de Partido, integrar a base governista estimula as lideranças parlamentares, dos dois tipos de partido, a coordenarem mais a atuação de suas bancadas que quando não integram.

No quarto modelo, substitui-se a *dummy* Eficiência pela *dummy* Governos FHC, o que contribui para especificar os efeitos da eficiência eleitoral sobre o comportamento das lideranças partidárias ao longo dos governos. Os coeficientes encontrados são os mesmos do modelo anterior, exceto para a variável Governo Lula: as lideranças nesse governo, em relação às dos governos de Collor e Itamar e as dos governos de FHC, coordenam o comportamento das bancadas 10.596 a mais. A significância estatística do resultado é de 1%. O efeito da variável Governos FHC é o mesmo da variável Eficiência, no modelo anterior, mas sua significância estatística é menor: 5%.

Os modelos apresentados possuem significância estatística ao nível de 1%. Nos dois últimos modelos, o conjunto das variáveis logra explicar 15% da variação na taxa de coordenação das bancadas parlamentares, na CD, entre 1991 e 2007<sup>8</sup>.

Para o SF, o teste da influência da eficiência das disputas presidenciais sobre a taxa de coordenação das bancadas parlamentares pelos líderes partidários não pode ser realizado pela não-disponibilidade dos dados do período de 1991 a 1999 e, para o período de 1999-2007, pela falta de dados dos partidos descentralizados<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Teste de resíduos (Durbin-Watson) = .222 (máximo 2.000); colinearidade entre todas as variáveis fica acima do mínimo aceitável (0,5). Não há efeitos de interação entre as variáveis explicativas.

<sup>9</sup> No SF, foram realizadas 229 votações nominais válidas e não-unâni­mes entre 1999 e 2007. Os partidos encaminham uma proporção menor de votações, e as lideranças dos partidos que integraram bloco parlamentar normalmente se omitem de expressar formalmente a posição, fazendo-o, na maioria das vezes, apenas quando querem encaminhar a votação em outra direção que a dada pelo líder do bloco. Essas especificidades restringiram o número de votações que podem ser incluídas no cálculo da taxa de coordenação. Ao fim, pode-se calcular essa taxa apenas para 30 partidos. Entre os descentralizados, apenas o PMDB possui dados nas seis coalizões do período.

A segunda hipótese geral está relacionada ao grau de coerência entre posicionamento eleitoral e posicionamento parlamentar dos partidos. Seu teste se faz pela apresentação, em gráficos, da taxa de convergência entre os encaminhamentos do líder do governo e os líderes dos partidos centralizados e os dos partidos descentralizados<sup>10</sup>.

As hipóteses específicas são as seguintes:

(1) no período com eleições eficientes, se comparado ao período com eleições não-eficientes, os partidos de vocação presidencial e seus coadjuvantes posicionam-se de forma mais consistente na oposição ao governo, quando perdem as eleições, e o apóiam, também de forma mais consistente, quando vencem as eleições.

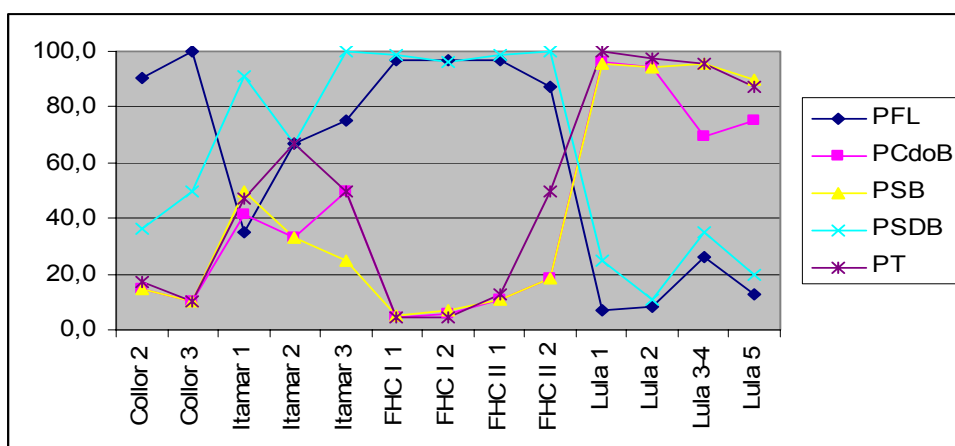


GRÁFICO 1: Convergência entre os encaminhamentos do líder do governo e líderes dos partidos de vocação presidencial e coadjuvantes na CD (1991-2007) (%).

Fonte: CEBRAP. FIGUEIREDO, LIMONGI (Orgs.). *Banco de Dados Legislativos da Câmara dos Deputados (1989-2007)*.

Os dados apresentados corroboram a hipótese. Entre 1991 e 1994, os partidos de vocação presidencial (PT e PSDB) e seus coadjuvantes (PCdoB, PSB e PFL) comportam-se de forma mais ou menos errática em relação aos governos. No período com eleições eficientes, esses partidos apresentam comportamento parlamentar consistente com o resultado das urnas. Entre 1995 e 2003, PT e seus coadjuvantes perdem as eleições e posicionam-se claramente na oposição ao governo apoiado pelo PSDB e PFL; de 2003 a 2007, esses competidores trocam drasticamente de lugar: PT e seus coadjuvantes passam a apoiar consistentemente o governo que elegeram; PSDB e PFL de apoiadores convictos

<sup>10</sup> O líder do governo expressou a posição do governo na CD, no período de 1991-2007, em 844 votações nominais.

do governo passam para a oposição clara. Apenas em 2005, nas coalizões 3 e 4, esses dois partidos e o PCdoB diminuem um pouco sua coerência, aumentando-a em seguida.

(2) no período com eleições eficientes, os partidos de pretensão presidencial apresentam-se de forma mais consistente com os resultados das urnas, que no período com eleições não-eficientes.

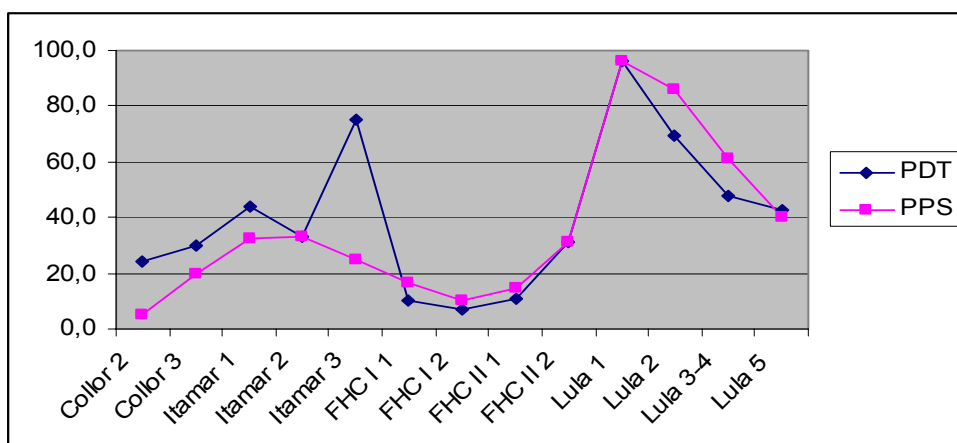


GRÁFICO 2: Convergência entre os encaminhamentos do líder do governo e os líderes dos partidos de pretensão presidencial na CD (1991-2007) (%)

Fonte: CEBRAP. FIGUEIREDO, LIMONGI (Orgs.). *Banco de Dados Legislativos da Câmara dos Deputados (1989-2007)*.

Como pode ser constatado, PDT e PPS apresentam também melhora em seu grau de coerência entre posicionamento na arena eleitoral e comportamento parlamentar no período com eleições eficientes, mas em grau menor que o apresentado pelos partidos de vocação presidencial e seus coadjuvantes. No Governo FHC, um governo de centro-direita, esses dois partidos de esquerda se posicionam claramente na oposição, mostrando capacidade de sobrevivência política independentemente dos recursos que podem ser auferidos quando se integra a base governista. Essa mesma capacidade é constatada no Governo Lula. Embora tenham inicialmente apoiado esse governo, dada a proximidade ideológica, ambos se deslocam, a partir de 2004, novamente para a oposição.

(3) os partidos descentralizados apresentam comportamento menos autônomo, em relação ao governo, que os partidos centralizados, independentemente da natureza das eleições presidenciais.

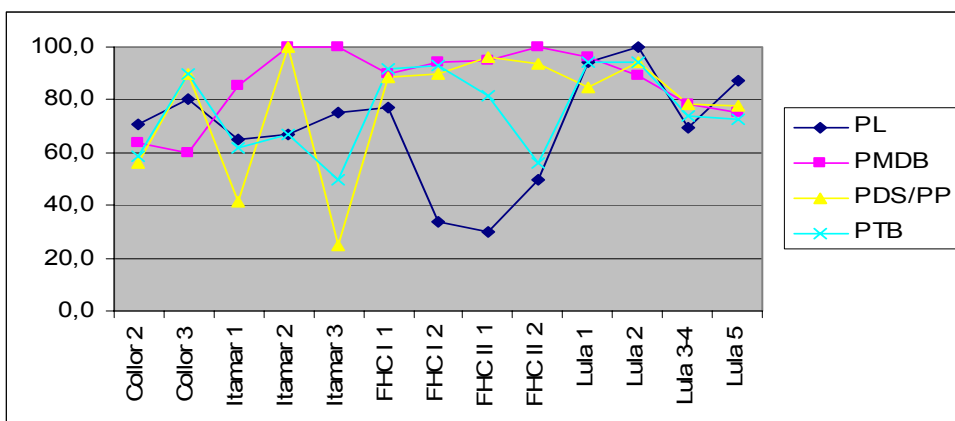


GRÁFICO 3 : Convergência entre os encaminhamentos do líder do governo e os líderes dos partidos descentralizados na CD (1991-2007) (%)

Fonte: CEBRAP. FIGUEIREDO, LIMONGI (Orgs.). *Banco Dados Legislativos Câmara dos Deputados (1989-2007)*.

Diferentemente dos partidos centralizados, a tendência predominante entre os descentralizados é de alinhamento ao governo, independentemente de integrarem formalmente ou não sua base de apoio. Apenas o PDS-PP, até o primeiro governo de FHC, e o PL durante a segunda coalizão de FHC I e a primeira de FHC II, marcaram posição mais clara na oposição (taxa de convergência menor que 40%). Todos os outros partidos, em todas as outras coalizões, apresentaram convergência maior que 50%.

O teste desse grupo de hipóteses também fica prejudicado no SF. No GRÁFICO 4, apresentam-se, em caráter apenas descritivo, as taxas de convergência entre as lideranças do PFL, PSDB, PT e PMDB e o líder do governo nas coalizões do segundo Governo FHC e do Governo Lula<sup>11</sup>.

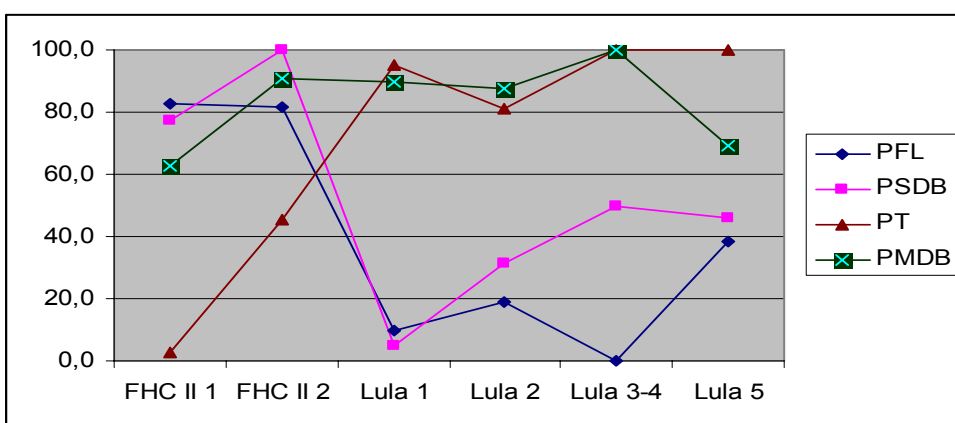


GRÁFICO 4: Convergência entre os encaminhamentos do líder do governo e os líderes do PFL, PSDB, PT e PMDB no SF (1995-2007) (%)

Fontes: CEBRAP. FIGUEIREDO, LIMONGI (Orgs.). *Banco de Dados Legislativos do Senado Federal (1989-2007)*; Diários de votações nominais do Senado Federal.

<sup>11</sup> O líder do governo expressou a posição do governo na SF, no período de 1999-2007, em 97 votações nominais.

Esses quatro partidos apresentam, no SF, padrões bastante semelhantes aos verificados na CD. PFL e PSDB passam do apoio ao Governo FHC à oposição ostensiva ao Governo Lula, que, no entanto, diminui a partir de 2005. Como na CD, o PT apresenta, também no SF, movimento inverso ao desses partidos. O PMDB apresenta o mesmo padrão: sempre apoio aos Governos, independentemente de estar formalmente integrado à base ou não.

A terceira hipótese geral é a de que os incentivos derivados da dinâmica eleitoral influencia a disposição das bancadas parlamentares frente ao Poder Executivo e as lideranças parlamentares. As hipóteses específicas são as seguintes:

- (1) no período com eleições eficientes, os partidos são mais disciplinados que no período com eleições não-eficientes;
- (2) os partidos centralizados são mais disciplinados que os partidos descentralizados;
- (3) os partidos centralizados são mais disciplinados que os descentralizados quando integram a base governista que quando não integram.

A classificação dos partidos em centralizados e descentralizados possui como critério orientador seu comportamento na arena eleitoral. Supõe-se que os partidos centralizados são aqueles que, por sua participação reiterada e consistente nas disputas presidenciais, seja apresentando candidatos, no caso dos partidos com vocação ou pretensão presidencial, seja participando de coalizões, no caso dos coadjuvantes, esforçam-se por coordenar, na disputa congressional, os interesses de suas *constituencies* em torno da proposta que apresentam, ou apóiam, na disputa presidencial. Verificou-se acima que suas lideranças de todos os partidos coordenam mais suas estratégias coligacionistas no período com eleições eficientes, e as dos partidos centralizados coordenam mais suas estratégias coligacionistas e mantêm maior coerência entre os resultados das urnas e seu posicionamento frente ao governo no período com eleições eficientes. Entende-se que esses achados corroboram a hipótese de que esses partidos esforçam-se por manter maior coesão em torno de políticas que os partidos descentralizados, buscando, em suas estratégias na arena parlamentar, manter e aumentar o valor eleitoral do *label* partidário.

Com objetivo de verificar se essa coesão política não é influenciada por uma variável que antecede a própria inserção do partido na arena eleitoral, qual seja, uma coesão fundamentada em incentivos de identidade, estimulada pelo tipo de organização partidária, nos termos sugeridos por Sartori (1994) e Panebianco (1990), assume-se aqui

o percentual de membros do partido com tempo de filiação superior a oito anos como uma *proxy* de coesão organizacional<sup>12</sup>. Para esses autores, a coesão organizacional resultaria do compartilhamento de valores, da adesão dos membros ao programa ou causas do partido. É plausível esperar que essa coesão aumente com o tempo.

A partir disso, acrescentam-se mais duas hipóteses a serem testadas: (4) quanto maior o percentual de membros com tempo de filiação superior a oito anos no partido, maior a disciplina partidária; (5) o efeito da coesão política sobre a disciplina é independente do efeito da coesão organizacional.

Para testar essas hipóteses, utiliza-se também uma regressão MQO. A variável dependente é o índice de fidelidade partidária<sup>13</sup>. As variáveis independentes são: (1) Eficiência Eleitoral: votações do período com eleições eficientes e votações do período com eleições presidenciais não eficientes (*dummy* - categoria de referência: não eficiência); (2) Tipo de Partido: centralizado, descentralizado (*dummy* - categoria de referência: descentralizado); (3) Posição do Partido frente ao Governo: integrado à base governista ou não integrado (*dummy* - categoria de referência: não integrado); (4) Tipo\*Posição: variável de interação entre tipo de partido e posição frente ao governo, que tem por objetivo captar o efeito de um partido centralizado comportar-se de forma disciplinada, sendo, ao mesmo tempo, integrante da base. Com o objetivo de controlar efeitos cumulativos, próprios de séries temporais, incluiu-se também uma *dummy* para o Governo Lula (categoria de referência: governos FHC e governos Collor e Itamar). O controle desse efeito entre os governos Itamar e Collor e governos de FHC e o Governo Lula ocorre pela variável Eficiência. Com o objetivo de controlar variações não apenas entre esses períodos, testa-se uma (5) *dummy* para os Governos FHC (referência: Governos Itamar, Collor, Lula); (6) percentual de membros com tempo de filiação igual ou maior a oito anos.

---

<sup>12</sup> No tratamento desse dado, procedeu-se da seguinte maneira: (1) computou-se o tempo de filiação dos membros dos onze partidos, considerando-se a configuração das bancadas no início de cada uma das treze coalizões; (2) classificaram-se esses membros em: filiado a menos de 4 anos; filiado com 4 até 8 anos; filiado com 8 anos ou mais; (4) verificou-se a proporção de cada um dos grupos; (5) considerou-se, para o teste, apenas o percentual de membros com filiação igual ou maior que oito anos. Essa variável possui distribuição normal e homocedástica.

<sup>13</sup> Para o cálculo desse índice, também denominado índice de disciplina, considerou-se o percentual de parlamentares, presentes na votação, que se comportaram de acordo com o encaminhamento do líder do partido ou bloco (encaminhamento pelo sim, não, abstenção e obstrução).

Tabela 8: Regressão MQO – Índice de fidelidade partidária na Câmara dos Deputados (1991-2007)

Índice de fidelidade partidária	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Constante	90.549*** (.882)	86.824*** (1.031)	86.541*** (1.172)	88.523*** (1.334)	86.862*** (1.460)	86.862*** (1.460)
Eficiência Eleitoral	-490 (1.323)	-490 (1.196)	-548 (1.204)	-1.197 (1.195)	-1.714 (1.189)	
Governos FHC						-1.714 (1.189)
Governo Lula	-1.468 (1.395)	-1.468 (1.260)	-1.568 (1.279)	-2.173* (1.264)	-2.153* (1.239)	-3.867*** (1.272)
Tipo de Partido		5.853*** (1.028)	6.015*** (1.077)	4.032*** (1.257)	3.847*** (1.234)	3.847*** (1.234)
Posição frente ao Governo			.550 (1.074)	-1.648 (1.296)	-880 (1.306)	-880 (1.306)
Tipo*Posição				5.527*** (1.924)	4.737** (1.911)	4.737** (1.911)
Membros com $\geq 8$ anos de filiação (%)					.042** (.017)	.042** (.017)
N	143	143	143	143	143	143
R2	.016	.202***	.204***	.249***	.284***	.284***
R2 ajustado	.002	.185	.181	.222	.252	.252

Fontes: CEBRAP, FIGUEIREDO, LIMONGI (Orgs.). *Banco Dados Legislativos Câmara dos Deputados (1989-2007)*.

Notas: \*p<0.10; \*\*p<0.05; \*\*\*p<0.001

Erro padrão entre parênteses.

No primeiro modelo, constata-se que não há variação estatisticamente significativa no índice de fidelidade, na CD, entre os governos. Não considerando outras variáveis, nas coalizões do Governo Lula e dos governos FHC, os partidos foram tão disciplinados quanto o foram nas coalizões dos governos Itamar e Collor.

O segundo modelo, onde se introduz a variável Tipo de Partido, apresenta capacidade de explicar 20% da variação no índice de fidelidade. O coeficiente dessa variável é estatisticamente significativo ao nível de 1%: ser centralizado, tendo-se por referência ser descentralizado, implica um aumento no índice de fidelidade partidária em torno de 5.853. Corrobora-se, portanto, a segunda das hipóteses enunciadas.

A significância estatística da variável Tipo de Partido é mantida no terceiro modelo e sua influência sobre o índice, inclusive, aumenta, quando se controla a Posição dos partidos frente ao governo. No entanto, mantidos sob controle os efeitos das outras variáveis, o fato de o partido estar integrado ou não a base não influencia, de forma estatisticamente

significativa, a variação da disciplina, como indica a manutenção da mesma capacidade preditiva alcançada no modelo anterior ( $R^2$  ajustado de ambos fica em torno de 18%).

No quarto modelo, onde se mensura o efeito da variável que mede a interação entre Posição frente ao Governo e Tipo de Partido, logra-se explicar em torno de 25% da variação do índice. Em comparação com o modelo anterior, explica-se quase 5% a mais da variação da variável dependente. O coeficiente da variável de interação é significativo ao nível de 1%: os partidos centralizados, em relação aos descentralizados, são mais disciplinados quando integram formalmente a base do governo que quando não integram, corroborando-se, portanto, a terceira hipótese. A introdução da variável Tipo\*Posição diminuiu a magnitude da influência do Tipo de Partido, mas não sua significância estatística, que se mantém ao nível de 1%. Esse resultado é consistente com o previsto, posto que a primeira variável especifica melhor o efeito da segunda. Por outro lado, esse procedimento também imprimiu significância estatística, ao nível de 5%, à variável Governo Lula. Os partidos, nesse governo, são menos disciplinados, quando comparados aos que integraram as coalizões anteriores da amostra.

No modelo 5, onde se inclui o percentual de membros dos partidos com tempo de filiação igual ou maior a oito anos, logra-se explicar 28% da variação do índice de fidelidade. A cada 10% a mais de membros com tempo igual ou superior a oito anos que o partido possui, seu índice de fidelidade fica acrescido de .420. Comprova-se, portanto, a quarta hipótese. Nesse modelo, os partidos centralizados, em relação aos descentralizados, são 3.847 mais disciplinados; ser centralizado e, ao mesmo tempo, estar integrado formalmente à base do governo implica um aumento de 4.737 no índice; os partidos no Governo Lula são, em relação aos governos de Collor e Itamar e os de FHC, menos disciplinados em 2.153. Em relação ao modelo anterior, a significância estatística dos coeficientes é mantida, exceto o da variável Governo Lula, que diminui de 1% para 5%.

A manutenção da significância estatística dos coeficientes das variáveis Tipo de partido e Tipo\*Posição, no quinto modelo, corrobora, também, a quinta e última das hipóteses enunciadas: a coesão política é independente da coesão organizacional. Embora a análise dos coeficientes mostre pequena diminuição do efeito dessas variáveis, em relação ao quarto modelo, elas continuam com capacidade considerável de previsão da variação do índice, o que aponta para a independência entre os fatores considerados.

No modelo 6, substituiu-se a *dummy* Eficiência pela *dummy* Governos FHC. O procedimento especifica melhor o efeito da variável Governo Lula, mas não altera a magnitude e significância estatística das outras variáveis. Os partidos, nesse governo, tendo-se por referência os de FHC e Collor/Itamar têm seu índice de fidelidade diminuído em 3.867. O coeficiente é significativo ao nível de 1%<sup>14</sup>. Assim, apesar de nesse governo, as lideranças partidárias empreenderem um esforço maior, e estatisticamente significativo, de coordenação, como visto na regressão anterior, as bancadas respondem mal a esse esforço, também de forma estatisticamente significativa. Para o SF, a amostra de dados disponíveis refere-se ao período de 1999-2007, o que impossibilita o teste da primeira hipótese, relacionada aos efeitos da eficiência eleitoral sobre a disciplina. Infelizmente, os dados sobre o tempo de filiação dos senadores também não estão disponíveis, o que impede o controle do efeito dessa variável sobre a disciplina e a independência entre coesão organizacional e política<sup>15</sup>.

Na TAB. 9, apresentam-se os coeficientes encontrados no teste das seguintes hipóteses: (1) os partidos centralizados são mais disciplinados que os partidos descentralizados, independentemente de sua posição frente ao governo; (2) os partidos centralizados são mais disciplinados que os descentralizados quando integram a base governista que quando não integram.

TABELA 9: Regressão MQO - Índice de fidelidade partidária no SF (1995-2007)

Índice de fidelidade partidária	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Constante	89.994*** (1.818)	90.063*** (2.386)	86.391*** (2.970)
Governo Lula	-1.358 (2.260)	-1.361 (1.284)	-2.381 (2.278)
Tipo de Partido		-.103 (2.284)	2.141 (2.492)
Posição frente ao Governo			4.896* (2.477)
N	51	51	51
R2	.007	.007	.084
R2 ajustado	-.013	-.034	.025

Fontes: CEBRAP, FIGUEIREDO, LIMONGI (Orgs.). *Banco de Dados Legislativos do Senado Federal (1989-2007)*; Diários e listas de votações nominais do Senado Federal.

Notas: \*p<0.10; \*\*p<0.05; \*\*\*p<0.001 - Erro padrão entre parênteses.

<sup>14</sup> Teste resíduos Durbin-Watson = 1.767 (máximo de 2.000); colinearidade entre as variáveis acima de 0,5, exceto para a variável de interação (.472), o que se justifica pelo seu próprio formato.

<sup>15</sup> No SF, ocorreram 229 votações nominais válidas e não unânimes no período de 1999-2007. Considerou-se, para o cálculo do índice, o encaminhamento do líder do partido ou do bloco parlamentar.

Para o SF, os resultados encontrados não comprovam as hipóteses enunciadas. Os modelos apresentados não possuem significância estatística.

#### IV - Conclusão

O objetivo da discussão empreendida foi evidenciar o valor eleitoral que o *label* partidário adquiriu nas disputas presidenciais e congressuais brasileiras, no período pós-1994, ou seja, sua transformação em um “bem coletivo”, na medida em que passa a se constituir em “public record” de suas “past actions, beliefs, and outcomes” (COX; MCCUBBINS, 1993, p. 110). Essa transformação, sugeriu-se, deve-se ao fato de que a disputa presidencial adquiriu um grau significativo de eficiência eleitoral, influenciado o comportamento do eleitor e as estratégias dos partidos nas arenas eleitoral e parlamentar.

Argumentou-se que essa dinâmica imprime maior complexidade ao sistema partidário brasileiro. Propôs-se que os partidos que disputam, de forma reiterada e consistente, o cargo presidencial esforçam-se por vincular os interesses de suas *constituencies* às propostas que propugnam ou apóiam na campanha presidencial e possuem mais interesse que aqueles que participam das eleições presidenciais apenas eventualmente em coordenar de forma centralizada suas estratégias eleitorais e legislativas. As evidências que sustentam essas assertivas foram buscadas na análise dos resultados das eleições presidenciais e congressuais, no padrão de alianças eleitorais, no encaminhamento de voto pelas lideranças nas votações nominais da CD e do SF, assim como, no comportamento dos parlamentares nessas votações.

Constatou-se que os partidos centralizados apresentam, nas eleições, a mesma polarização que imprimiram na competição presidencial após 1994; são mais coerentes com o resultado das urnas e mais disciplinados que os partidos descentralizados, especialmente quando integram a base de apoio ao governo. Constatou-se, por fim, que a coesão política, estimulada pela participação dos partidos em disputas presidenciais eficientes, é independente de uma coesão de natureza mais organizacional, estimulada ao longo dos anos de convivência entre os políticos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÚCIO, Fernando L. *Os barões da federação*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP/ HUCITEC, 1998.
- AMES, Barry. *O entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003.
- CAREY, John; REINHARDT, Gina Y. Impacto das instituições estaduais na unidade das coalizões parlamentares no Brasil. *Dados*, Rio Janeiro, vol. 46, n. 4, p. 773-804, 2003.
- CARREIRÃO, Yan S; Kinzo, M. D. G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). *Dados*, Rio Janeiro, vol.47, n.1, p.131-168, 2004.
- COX, Gary. *The efficient secret*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- COX, Gary; MCCUBBINS, Mathew. *The legislative leviathan*. Berkeley: University of California Press. 1993.
- DUVERGER, Maurice. Duverger's law: forty years later. In: GROFMAN, Bernard.; LIJPHART, Arend (Eds.). *Electoral laws and their political consequences*. New York: Agathon Press, 1994, p.69-84.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 45, no 2, p. 303-344, 2002.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: MELO, Carlos R; ALCÂNTARA, Manuel S. (Orgs.). *A democracia brasileira: balanços e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p.148-149.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Política Orçamentária no Presidencialismo de Coalizão*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- FIORINA, Morris. *Representatives, roll calls, and constituencies*. Boston: Heath, 1974.
- KIEWIET, D. Roderick; MCCUBBINS, Mathew D. *The logic of delegation: Congressional parties and the appropriations process*. University of Chicago Press, 1991.
- KINZO, M. D'Alva. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-41, 2004.
- LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Raquel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Ed. Brasiliense S.A. 1986.
- LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.
- LIMA JÚNIOR, Olavo. B. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LIMA JÚNIOR, Olavo. B. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

- LIMA JÚNIOR, Olavo. B. A Reimplantação do multipartidarismo: efeitos institucionais e contextuais. In: LIMA JÚNIOR, Olavo B. (Org.). *O sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LIMA JÚNIOR, Olavo. B. Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 11-30, 1999.
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 737-776, 2005.
- MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: O caso do Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28/29, p. 21-74, 1993.
- MAINWARING, Scott. *Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew S. (Eds.) *Presidentialism and democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 55-109.
- MAINWARING, Scott; JONES, Mark P. A nacionalização dos partidos e dos sistemas partidários: uma medição empírica e sua aplicação ao caso das Américas. In: TAVARES, José A. G. (Org.). *O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003, p. 102-147.
- MELO, Carlos R. *Retirando as cadeiras do lugar: Migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- MELO, Carlos R. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, Gláucio A. D; RENNÓ, Lúcio R. (Orgs.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 157-175.
- MELO, Carlos R. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, Carlos R; ALCÂNTARA, Manuel S. (Orgs.). *A democracia brasileira: balanços e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 268-295.
- MELO, Carlos R; MIRANDA, Geralda. Migrações e partidos no governo Lula. In: 5º *ENCONTRO ABCP*, 26 a 29 de julho de 2006, Belo Horizonte.
- NICOLAU, Jairo. *Sistema eleitoral e reforma política*. RJ: Ed. Foglio, 1993.
- NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- NICOLAU, Jairo. Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil. In: SOARES, Gláucio A. D; RENNÓ, Lúcio R. (Org.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 23-33.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: Organización y Poder en los Partidos Políticos*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.
- PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 323-362, 2001.

- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: A conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Regras eleitorais e poderes do presidente no Congresso: duas dimensões complementares da capacidade governativa. In: SOARES, Gláucio A. D; RENNÓ, Lúcio R. (Orgs.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 296-315.
- POWELL Jr, G. Bingham. *Elections as instruments of democracy*. Majoritarian and proportional visions. New Haven e London: Yale University Press, 2000.
- RENNÓ, Lucio R. O dilema do rico: número de candidatos, identificação partidária e accountability nas eleições de 2002 para a Câmara dos Deputados. In: SOARES, Gláucio A. D; RENNÓ, Lúcio R. (Org.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 47-68.
- SAMUELS, David. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SAMUELS, David. Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma. In: SOARES, Gláucio A. D; RENNÓ, Lucio R. (Orgs.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 133-153.
- SAMUELS, David; EATON, Kent. Presidentialism and, or, and versus parliamentarism: The state of the literature and an agenda for future research. In: *Conference on Consequences of Political Institutions in Democracy*, abril de 2002, Duke University.
- SANTOS, André M. Sedimentação das lealdades partidárias no Brasil: Tendências e descompassos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.16, n.45, p.69-83, 2001.
- SANTOS, André M. Regras eleitorais importam? Modelos de listas eleitorais e seus efeitos sobre a competição partidária e o desempenho institucional. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 49, n. 4, p. 721, 749, 2006.
- SANTOS, Fabiano. Patronagem e poder de agenda na política brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 465-492, 1997.
- SANTOS, Fabiano. Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 111-138, 1999.
- SANTOS, Fabiano. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 237-264, 2002.
- SANTOS, Fabiano. A república de 46: separação de poderes e política alocativa. In: MELO, Carlos R.; ALCÂNTARA, Manuel S. (Orgs.). *A democracia brasileira: balanços e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 40-72.
- SARTORI, Giovanni. *Ingeniería constitucional comparada: Una investigación de estructuras, incentivos y resultados*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- SHUGART, Matthew, CAREY, John. *Presidents and assemblies: Constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SOUZA, Celina. Federalismo e conflitos distributivos: Disputa dos estados por recursos orçamentários federais. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 46, n. 2, p. 345-384, 2003.